



Ao

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/DF – FNDE

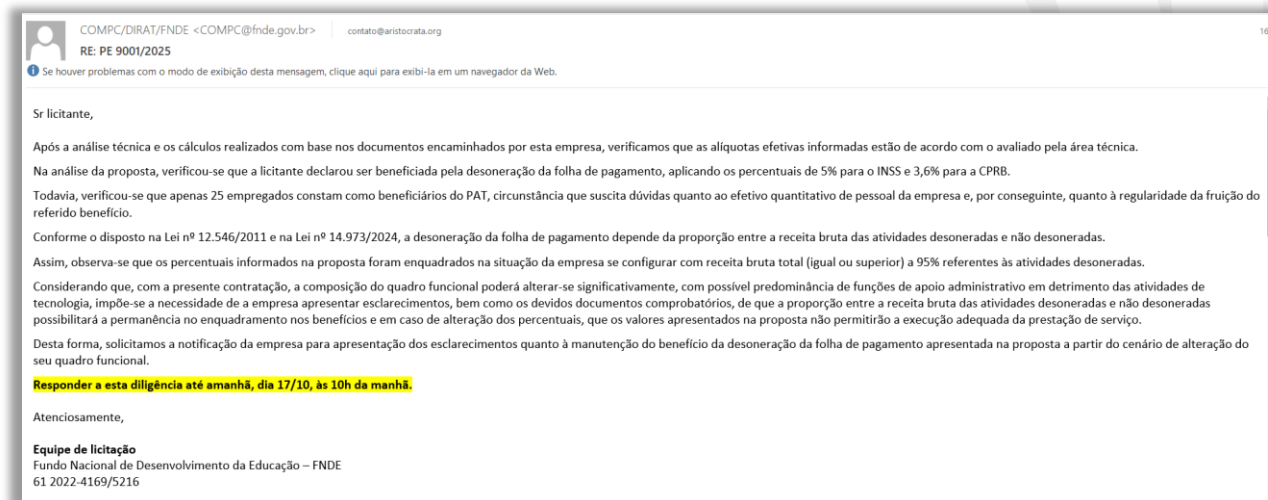
Pregão Eletrônico 90010/2025

Processo Administrativo 23034.022043/2024-30

ARISTOCRATA TECNOLOGIA, devidamente qualificada, por intermédio do seu representante legal, Marcos Aurélio Basso, vem, respeitosamente apresentar a

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Recebidos através do e-mail enviado a esta licitante na data de 16/10/2025, as 16h31m, conforme segue:





Após a diligência realizada pela Administração identificamos que o quantitativo de colaboradores vinculados a empresa no cadastro do PAT encontra-se desatualizado, sendo solicitado ao setor competente a devida atualização. Diante do prazo exíguo para a correção e envio do documento atualizado, solicitamos a dilação do prazo para o envio dos documentos atualizados, caso seja imprescindível para o esclarecimento.

Em relação ao PAT (Lei 6.321/1976/Dec. 10.854/2021), cumpre destacar que seu cadastro é facultativo e gera incentivo no IRPJ/CSLL, não sendo requisito para a CPRB. O número de beneficiários no PAT não limita quadro de pessoal nem condiciona o direito à desoneração. O cadastro foi atualizado e a lista de vinculados será ampliada com a admissão dos empregados deste contrato

Cumpre destacar que o critério para aferição da desoneração da folha de pagamento é apurado na pessoa jurídica como um todo, com base na proporção da receita bruta das atividades desoneradas e não desoneradas, nos termos da Lei nº 12.546/2011. Trata-se, portanto, de um critério contábil e econômico, que reflete o conjunto das operações da empresa, e não a composição funcional de um contrato isolado. A alegação de eventual predominância de cargos administrativos em um único ajuste não tem qualquer relevância legal para fins de manutenção do regime da CPRB.

O fato é que, na data da apresentação da proposta e até o presente momento, a empresa faz jus ao benefício fiscal da desoneração, encontrando-se regularmente enquadrada e declarando o regime de forma idônea. Qualquer alteração futura dependerá de fatores alheios à presente contratação, como a celebração de novos contratos, encerramento de outros, ou variações de receita, hipóteses imprevisíveis e que não se prestam a invalidar o enquadramento atual.

Ressalte-se ainda que a Lei nº 14.973/2024, ao estabelecer a reoneração gradual, manteve a desoneração para o exercício de 2025, com a aplicação de 5% de CPP sobre a folha e 3,6% de CPRB, o que reforça a correção dos percentuais adotados na proposta. Assim, qualquer suposição de perda futura do benefício não pode servir de óbice à contratação nem ensejar questionamento sobre a exequibilidade da proposta.



De todo modo, a empresa assegura a plena exequibilidade da proposta, ainda que, no curso da execução contratual, venha a ocorrer o desenquadramento do regime da CPRB, hipótese em que assumirá integralmente os ônus decorrentes, sem prejuízo da regular execução dos serviços contratados.

Não obstante, acerca do regime tributário adotado, a empresa Aristocrata informa que sua situação fiscal está em plena conformidade com a Lei nº 12.546/2011, suas alterações (incluindo a Lei nº 14.784/2023) e respectivas regulamentações.

A opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), em substituição à contribuição patronal sobre a folha de pagamento, possui caráter anual e irretratável para todo o ano-calendário, conforme o art. 9º, §13, da Lei nº 12.546/2011, e a responsabilidade pela opção tributária é apenas da licitante.

O exercício fiscal contábil no Brasil compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. A Aristocrata Tecnologia formalizou sua opção pela CPRB para o exercício fiscal de 2025, mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta da competência de janeiro de 2025. Uma vez formalizada, a opção é válida e vinculante durante todo o ano-calendário de 2025.

Essa opção é formalizada e registrada junto à Receita Federal, por meio da Declaração de Enquadramento da CPRB, transmitida eletronicamente via eSocial e EFD-Reinf. Trata-se do instrumento legal e suficiente que comprova a adesão da empresa ao regime de desoneração.

Assim, a Aristocrata Tecnologia encontra-se legalmente enquadrada e obrigada ao recolhimento da Contribuição Previdenciária pela sistemática da CPRB, em estrita observância à legislação federal vigente.

Ressalte-se que a validade da opção pelo regime da CPRB é determinada pelo exercício fiscal contábil, não sendo possível sua alteração mensal em decorrência do aumento do quantitativo do funcionário, como ocorre no Simples Nacional. A empresa fez a opção pelo regime da desoneração e é, portanto, o mesmo que se mantém atualmente, em plena conformidade com a legislação tributária federal.



Diante do exposto — e conforme os documentos comprobatórios apresentados —, a empresa reafirma que o regime de Contribuição Previdenciária adotado (CPRB) encontra-se em plena e irretratável conformidade com a legislação federal vigente para o exercício de 2025, e que a empresa atualmente tem como expectativa fechar o ano de 2025 com maior faturamento de atividades desoneradas

Termos em que,
Pede deferimento.